AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Henrique Silvestrini

Graduando em Direito

Centro Universitário Estácio/UniSEB

henrique.silvestrini@hotmail.com

Simpósio: DIGNIDADE HUMANA E DIREITO PENAL

RESUMO: As razões para o desenvolvimento do presente artigo científico fundam-se na discussão da conveniência do tratamento jurídico dado ao trabalho do preso, durante a execução penal, questão fundamental para o desenvolvimento da personalidade e para a dignidade do preso. O principal ponto a ser estudado é a questão de que o referido trabalho não estar sujeito às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, e também não ter, dentre suas características, a liberdade contratual. É sabido que uma das formas mais eficazes de se promover uma readequação social do condenado recluso é por meio do trabalho, por meio do qual o preso possa encontrar uma qualificação profissional que possibilite sua qualificação no mercado de trabalho, o que esta em perfeita sintonia com o princípio da dignidade humana, constitucionalmente assegurado. Assim, o objeto de investigação é o questionamento da eficácia do trabalho, nestas condições, para a devida ressocialização do condenado, com o intuito de que este não volte mais a delinquir. Ademais, as regras mínimas para o tratamento de reclusos, que foi instituída no I Congresso das Nações Unidas para Prevenção do Crime e para o Tratamento de Delinquentes (1955, Genebra – Suíça), trouxe normas protetivas em seus alicerces constitucionais e penais, buscando-se, desta forma, uma proteção, ressocialização e condições mínimas à vida do condenado. Nesta conjuntura, aumenta a necessidade da implementação de políticas públicas, pelo Estado, que promovam a devida ressocialização do detento em seu contexto social. Para tanto, será realizado, inicialmente, um estudo acerca das finalidades da pena privativa de liberdade, com especial ênfase na teoria da prevenção especial, discutindo, ainda, a questão da ressocialização do condenado. Na sequência, veremos como é feita a regulamentação do trabalho no preso no Brasil, com exemplos do direito comparado, para que, ao final, seja possível questionar a adequação de tal regulamentação às ideias de ressocialização social. Nessa perspectiva, objetiva-se o estudo da legislação brasileira com o desígnio de contrapor as abordagens jurídicas encontradas, inferindo-se as divergências teóricas e empíricas da reintegração do condenado recluso na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Ressocialização do Condenado Preso; Execução Penal.